



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2026- ADM  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 - ADM

### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de São Carlos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.945.718/0001-15, com sede administrativa na Rua Demétrio Lorenz, 747, Centro, representado pelo Prefeito, Sr. Delton Paulo Balbinot, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 125/2023, de 16 de agosto de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** Dia 23 abril de 2026

**Horário:** 08h01min (horário de Brasília)

**Local:** Portal de Compras Públicas – [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Critério de Julgamento:** Menor Preço Por Item

**Modo de disputa:** Aberto

**Impugnações e Esclarecimentos:** Até às 23h59min59s do dia 23 de abril de 2026

## 1. DO OBJETO.

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço Por Item**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

### 3. DO CREDENCIAMENTO.

**3.1.** O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

**3.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.4.** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

**4.1.** Poderão participar **exclusivamente ME's e EPP's**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital, e estiverem devidamente cadastrados junto ao Órgão Provedor do Sistema, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**4.2.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**4.2.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.2.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**4.2.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.2.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

**4.2.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.2.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**4.3.** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

**4.4.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**4.4.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

**4.4.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**4.4.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**4.4.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**4.4.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.4.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.6. Aplica-se a este Edital, o disposto no Art. 48 § 3º, da Lei 123/2006, de modo que os benefícios referidos no aludido artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas Local, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

4.6.1. Entende-se como empresa sediada no local, aquela que possua seu registro no Município de São Carlos/SC.

4.7. A prioridade da formulação de novo lance por microempresas ou empresas de pequeno porte LOCAIS com preço maior em até 10% do menor preço válido é critério de conveniência da Administração Pública permitida pela Lei Complementar nº 123/2006 e, será observada no presente certame, **tendo como justificativa a promoção do comércio e fluxo econômico local.**

4.8. O benefício instituído pelo aludido dispositivo legal, tem por finalidade a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, fomentando a relação comercial entre o Poder Público e as MPE e EPP como estratégia para o crescimento das micro e pequenas empresas locais.

4.9. As vantagens materiais auferidas pela Administração Pública com a adoção do presente procedimento se explicitam em decorrência da maior geração de tributos (impostos, taxas etc.), que conseqüentemente serão revertidos em favor do município em maior proporção do que o possível "lucro" obtido no certame com a participação isonômica de todos os licitantes, haja vista que a legislação tributária nacional, além dos impostos e das taxas de competência do respectivo ente federativo, também prevê a partição das receitas oriundas de outras cifras tributárias que tenham como centro de custo a esfera territorial do município, assim como ocorre com o ICMS, quanto IPVA e outros tributos.

4.10. Outro fator preponderante que deve ser levado em consideração para delimitação das vantagens na adoção do presente procedimento é a promoção do equilíbrio social, em decorrência da geração de empregos e criação de políticas de incentivo ao pequeno





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

empresário local, circunstância que acarreta estabilidade social, o que garante menores investimentos em medidas paliativas de auxílio a famílias carentes e investimentos em políticas de assistência social, viabilizando dessa forma a diminuição das desigualdades sociais, que é um dos valores programáticos da própria Constituição Federal.

**4.11.** Por conseguinte, no que tange o fator econômico, atinente a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, infere-se que na realização de licitações com a delimitação do mesmo benefício pela administração municipal, a benesse instituída para as empresas locais influencia em parâmetros consideráveis para a economicidade do certame, uma vez que os licitantes que não estão inseridos na região de preferência delimitada pelo edital já trazem suas propostas/lances para o certame em valores menores, isso porque, os licitantes possuem a necessidade de sair do limite de 10% de da preferência para as empresas para poderem ter adjudicados em seu favor o objeto do certame, o que acaba por surtir reflexos no quesito economicidade. Por tal motivo, é notório que não existe uma forma de restrição da competitividade ou mesmo desvio da condição de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, mas tão somente uma forma instituída por lei para que exista um equilíbrio entre empresas locais e não locais.

**4.12.** Para fins de aplicação do Art. 48, § 3º da LC 123 de 2006, a preferência será concedida primeiro às microempresas ou empresas de pequeno porte LOCAIS (São Carlos – SC), nos termos do subitem 4.6 deste edital, até o limite de 10% (dez por cento) do menor preço válido em relação a outras microempresas ou empresas de pequeno porte (não locais), devendo essas, efetuarem lances abaixo do menor preço válido.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da mesma.

**5.2.** O envio da proposta, e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**5.6.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5.8.** Havendo erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, será admitida a juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.**

**6.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

**6.1.2.** Marca de cada item ofertado, quando for o caso;

**6.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

**6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,05 (cinco centavos)**.

**7.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**7.10.** Será adotado para o envio de lances na licitação, **o modo de disputa "ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.15.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

**7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 125/2023.

**7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**7.28.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei 14.133/2021.

**7.29.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.29.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.29.2.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.29.3.** O prazo mencionado no subitem 7.29.2, poderá ser encerrado com antecedência pelo Pregoeiro, assim quando todas as licitantes finalizarem a negociação e inserirem suas propostas junto a plataforma.

**7.30.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

**8.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1.455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**8.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **30 minutos**, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.7.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.7.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.7.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 dias úteis** contados da solicitação.

**8.7.3.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**8.7.3.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.7.3.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

**8.7.3.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**8.7.3.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**8.7.3.6.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **10 dias**, após o qual, poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**8.7.3.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**8.8.** A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

**8.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.10.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.11.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.11.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**8.11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.12.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.13.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### 9. DA HABILITAÇÃO.

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

**9.1.1.** Certidões negativas referentes a punições vigentes contidas nos Sistemas, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>)

**9.1.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.4.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

**9.1.4.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**9.1.4.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**9.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.1.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **Portal de Compras Públicas**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

**9.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **Portal de Compras Públicas** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**9.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**9.3.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **30 minutos** sob pena de inabilitação.

**9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.7.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**9.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.8.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

**9.8.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

**9.8.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.8.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.8.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**9.8.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.8.9.** As empresas que declarem Microempresa – ME ou Empresas de Pequeno Porte junto ao site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), deverão anexar junto a habilitação ainda a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no ano de 2026. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

**9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**9.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**9.9.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.9.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.9.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**9.9.5.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**9.9.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**9.9.7.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

**9.10.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**9.10.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**9.11.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.13.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.14.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.15.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**9.16.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.17.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.18.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.19.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**10.1.** A proposta final (PROPOSTA READEQUADA) do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.1.3. É obrigação da licitante readequar a proposta ao seu ultimo lance ofertado, sob pena de desclassificação da mesma.**

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### 11. DOS RECURSOS.

**11.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Julgamento das propostas;
- b) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) Anulação ou revogação da licitação.

**11.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**11.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "a" e "b" do item 11.1. do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) A apreciação dar-se-á em fase única.

**11.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**11.6.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("*chat*"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Cadastro do Portal De Compras Públicas**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

**13.1.** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

**14.1.1.** Não será exigida garantia de habilitação e contratual;

### 15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato/Ata de Registro de Preços ou emitido instrumento equivalente.

**15.2.** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato/Ata de Registro de Preços ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**15.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**15.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**15.5.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

**15.6.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**15.6.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**15.7.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### 16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

**16.1.** Poderá ser concedido reajuste dos valores propostos pelas licitantes vencedoras com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**16.1.1.** O primeiro reajuste somente ocorrerá após decorridos 12 (doze) meses da data de materialização do orçamento estimado.

### 17. DA ENTREGA DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

**17.1.** A entrega dos materiais deverá ocorrer em qualquer lugar do território do Município de São Carlos/SC, a ser indicado pela Secretaria requisitante, por meio de comunicação formal, podendo ser realizada via e-mail ou outro meio eletrônico oficial.

**17.2.** A entrega dos materiais deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento, podendo esse prazo ser reduzido conforme a urgência da demanda, mediante solicitação da Administração.

**17.3.** No ato da entrega, o servidor responsável realizará o recebimento provisório, consistente na conferência quantitativa e verificação inicial das condições dos materiais, podendo rejeitar, no todo ou em parte, aqueles que estiverem em desacordo com as especificações exigidas.

**17.4.** O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade dos materiais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante ateste do fiscal do contrato.

### 17. DO PAGAMENTO.

**17.1.** O Município de São Carlos efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 20(vinte) dias após a entrega do objeto, mediante recebimento definitivo pelo responsável pela fiscalização.

**17.2.** As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: [contratos@saocarlos.sc.gov.br](mailto:contratos@saocarlos.sc.gov.br), nos arquivos com extensão XML e PDF.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**17.3.** As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2026/2027.

**17.4.** Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

### 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

**18.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

**18.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

**18.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**18.1.3.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**18.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**18.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**18.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**18.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**18.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**18.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**18.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**18.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**18.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**18.5.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de São Carlos/SC, as sanções administrativas previstas no subitem 17.2, alíneas "c" e "d" deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**18.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**18.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

**20.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**20.2.** A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**20.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**20.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**20.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**20.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**20.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**20.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**20.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

**21.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**21.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**21.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**21.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**21.10.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**21.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**21.12.** A Administração, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**21.12.1.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

**24.12.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**21.13.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**21.14.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos na página do município, no seguinte link: <https://saocarlos.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>.

**21.15.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

São Carlos/SC, 10 de abril de 2026.

Delton Paulo Balbinot  
Prefeito





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2026- ADM  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 - ADM

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 002/2026 - DMER

### **01 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART. 18, § 1º, INCISO I)**

A presente contratação tem por objetivo atender à demanda contínua de fornecimento de madeiras destinadas à execução de serviços de manutenção, conservação e pequenos reparos nos bens imóveis pertencentes à Administração Municipal, abrangendo todos os seus órgãos e entidades, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Cultural.

A disponibilidade desses materiais é essencial para assegurar a adequada conservação das estruturas físicas públicas, bem como para garantir condições de segurança aos usuários e a continuidade dos serviços públicos prestados, em observância ao princípio da eficiência e do interesse público.

Adicionalmente, as madeiras serão empregadas na execução de melhorias de infraestrutura nas áreas rurais do município, especialmente na construção, recuperação e manutenção de pontes, as quais desempenham papel estratégico para o tráfego seguro de veículos e pedestres, o escoamento da produção agrícola e o acesso da população a serviços essenciais, como saúde e educação.

Destaca-se que, embora exista processo licitatório vigente para aquisição de materiais de construção, o saldo contratual referente aos itens de madeira encontra-se esgotado, comprometendo o atendimento das demandas atuais e futuras da Administração.

Nesse contexto, a ausência de reposição desses insumos poderá ocasionar prejuízos diretos à continuidade dos serviços públicos e à manutenção da infraestrutura municipal, especialmente em áreas rurais, onde a dependência de estruturas em madeira ainda é significativa.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório, preferencialmente por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza contínua da demanda, a imprevisibilidade do consumo e a necessidade de contratações parceladas ao longo do tempo, em conformidade com a legislação vigente.

### **02 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE - CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, § 1º, INCISO II)**





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Neste momento o Município de São Carlos/SC não dispõe de Plano de Contratações Anual formalizado. Ainda que não seja obrigatório (Art. 18, §2º), a Administração reconhece a importância do PCA e compromete-se com sua futura implantação como instrumento de planejamento institucional.

### **03 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, INCISO III)**

Considerando a necessidade descrita, a futura contratação deverá observar requisitos mínimos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e demais exigências previstas na legislação vigente, mediante apresentação de documentos emitidos pelos órgãos competentes, que comprovem a aptidão do licitante para participar do certame e executar o objeto contratado.

A contratada deverá assegurar o fornecimento dos materiais conforme as especificações técnicas exigidas, respeitando integralmente os quantitativos estimados, bem como os prazos de entrega definidos pela Administração, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços públicos.

Os materiais fornecidos deverão atender a padrões adequados de qualidade, durabilidade e resistência, compatíveis com sua finalidade, especialmente para utilização em estruturas sujeitas a intempéries, como pontes e demais obras em áreas rurais, devendo a contratada responsabilizar-se pela substituição imediata, sem ônus à Administração, de produtos que apresentem defeitos, inconformidades ou divergências em relação ao solicitado.

A contratada deverá prestar, sempre que solicitado, os esclarecimentos técnicos necessários acerca dos materiais fornecidos, incluindo orientações quanto ao uso, armazenamento e aplicação, garantindo suporte adequado à Administração.

A entrega dos materiais deverá ocorrer nos locais previamente indicados pelas Secretarias requisitantes, podendo abranger diferentes unidades administrativas, inclusive áreas urbanas e rurais, devendo a contratada possuir capacidade logística compatível com a abrangência territorial do município.

A futura contratação deverá contemplar a disponibilidade da empresa para atendimento contínuo e sob demanda de todos os órgãos da Administração Municipal, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Cultural de São Carlos, observando prazos de entrega compatíveis com a urgência e a natureza das solicitações.

### **04 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART. 18, § 1º, INCISO IV)**

As quantidades estimadas são as seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	BARROTE DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 5CM X 15CM X 3M	UNIDADE	100,00000
2	ESPELHO DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 12CM X 3M	UNIDADE	50,00000
3	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000
4	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000,00000
5	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	2.000,00000





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

6	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	1.500,00000
7	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000
8	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000,00000
9	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000
10	MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO PONTA FINA COM COMPRIMENTO A DEFINIR 25-40 -	METRO	700,00000
11	POSTE DE MADEIRA TRATADA DE EUCALIPTO COM ESPESSURA DE 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	350,00000
12	RIPA DE MADEIRA 2,50X0,05M	METRO	10.000,00000
13	RIPA DE MADEIRA 2,5X0,04M	METRO	1.000,00000
14	RIPAO DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 2,5 X 5CM	METRO	2.000,00000
15	RIPÃO DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	1.000,00000
16	RIPÃO DE MADEIRA 5X5CM	METRO	3.000,00000
17	RIPÃO DE PINNUS NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	400,00000
18	TÁBUA DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	150,00000
19	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 20CM X 3M	UNIDADE	2.000,00000
20	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 3M	UNIDADE	1.000,00000
21	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 25CM X 3M	UNIDADE	1.000,00000
22	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	400,00000
23	TÁBUA DE MADEIRA TRATADA NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 2M	UNIDADE	200,00000
24	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 10 X 20 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	4.000,00000
25	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 4 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	5.000,00000

**05 - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART. 18, § 1º, INCISO V).**

Com o objetivo de atender à demanda do Município de São Carlos/SC quanto à aquisição de madeiras para uso em atividades de manutenção predial, infraestrutura urbana e rural, bem como demais serviços executados pela Administração Municipal, foi realizado levantamento de mercado visando identificar as alternativas possíveis de fornecimento e avaliar seus aspectos técnicos e econômicos. Durante a análise, foram consideradas as seguintes alternativas:

(i) Aquisição por demanda, por meio de contratações isoladas e sucessivas: Essa alternativa foi descartada por se mostrar ineficiente sob o ponto de vista administrativo e econômico, tendo em vista que gera retrabalho frequente na instrução processual, eleva os custos operacionais, compromete a agilidade no atendimento das demandas emergenciais e dificulta a padronização de preços e da qualidade dos materiais adquiridos.

(ii) Contratação de empresa para execução completa de serviços com fornecimento de material incluso: Esta alternativa também se mostrou inadequada, pois restringe a competitividade ao vincular o fornecimento de materiais à execução de serviços, eleva o custo global da contratação e reduz o controle da Administração sobre as especificações técnicas, qualidade e adequação das madeiras utilizadas nas diversas aplicações.

(iii) Aquisição por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços: Esta alternativa demonstrou-se a mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que possibilita a formação de registro de preços para fornecimento parcelado,





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

conforme a necessidade da Administração. O modelo assegura maior planejamento, padronização dos materiais, melhor controle do consumo, redução de desperdícios e maior eficiência na gestão contratual. Além disso, o Pregão Eletrônico amplia a competitividade, assegura transparência e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa, com base no critério de menor preço por item, considerando tratar-se de bens comuns com especificações usuais de mercado.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação por meio de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item, constitui a solução tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa para o atendimento das necessidades do Município de São Carlos/SC quanto ao fornecimento de madeiras, garantindo eficiência, economicidade, padronização e continuidade dos serviços públicos.

### **06 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART. 18, § 1º, INCISO VI)**

O presente objeto tem valor total estimado da contratação de R\$ 1.654.320,50 (um milhão e seiscentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e vinte reais e cinquenta centavos).

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valores Unitário	Valores Total
1	BARROTE DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 5CM X 15CM X 3M	UNIDADE	100,00000	43,5400	4.354,00
2	ESPELHO DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 12CM X 3M	UNIDADE	50,00000	47,1700	2.358,50
3	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000	11,8500	118.500,00
4	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000,00000	16,0300	112.210,00
5	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	2.000,00000	20,2500	40.500,00
6	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	1.500,00000	24,3000	36.450,00
7	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000	17,3900	173.900,00
8	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000,00000	22,8900	160.230,00
9	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000	27,9500	279.500,00
10	MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO PONTA FINA COM 25-40 - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	700,00000	146,5800	102.606,00
11	POSTE DE MADEIRA TRATADA DE EUCALIPTO COM ESPESSURA DE 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	350,00000	76,2400	26.684,00
12	RIPA DE MADEIRA 2,50X0,05M	METRO	10.000,00000	2,6000	26.000,00
13	RIPA DE MADEIRA 2,5X0,04M	METRO	1.000,00000	2,1600	2.160,00
14	RIPA DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 2,5 X 5CM	METRO	2.000,00000	1,9900	3.980,00
15	RIPÃO DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	1.000,00000	4,8300	4.830,00
16	RIPÃO DE MADEIRA 5X5CM	METRO	3.000,00000	6,8400	20.520,00
17	RIPÃO DE PINNUS NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	400,00000	5,4700	2.188,00
18	TÁBUA DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	150,00000	82,0400	12.306,00
19	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 20CM X 3M	UNIDADE	2.000,00000	23,4900	46.980,00
20	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 3M	UNIDADE	1.000,00000	25,6900	25.690,00
21	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 25CM X 3M	UNIDADE	1.000,00000	36,5900	36.590,00
22	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	400,00000	44,2300	17.692,00





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

23	TÁBUA DE MADEIRA TRATADA NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 2M	UNIDADE	200,00000	25,4600	5.092,00
24	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 10 X 20 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	4.000,00000	42,0000	168.000,00
25	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 4 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	5.000,00000	45,0000	225.000,00
					<b>Soma:</b>
					1.654.320,50
					<b>Soma:</b>
					1.654.320,50

MEMÓRIA DE CÁLCULO

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC.

	Descrição	Unidade	Quantidade	São Carlos/SC último edital	Orçamento Construforte	Orçamento Fermatec	Média	Total
1	BARROTE DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 5CM X 15CM X 3M	UNIDADE	100	R\$ 37,61	RS 51,00	RS 42,00	R\$ 43,54	RS 4.354,00
2	ESPELHO DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 12CM X 3M	UNIDADE	50	R\$ 46,33	RS 48,00		R\$ 47,17	RS 2.358,50
3	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000	R\$ 7,05	RS 13,50	RS 15,00	R\$ 11,85	RS 118.500,00
4	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000	R\$ 9,10	RS 19,00	RS 20,00	R\$ 16,03	RS 112.210,00
5	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	2.000	R\$ 11,26	RS 24,50	RS 25,00	R\$ 20,25	RS 40.500,00
6	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	1.500	R\$ 13,39	RS 29,50	RS 30,00	R\$ 24,30	RS 36.450,00
7	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000	R\$ 10,68	RS 20,50	RS 21,00	R\$ 17,39	RS 173.900,00
8	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000	R\$ 14,07	RS 26,60	RS 28,00	R\$ 22,89	RS 160.230,00
9	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000	R\$ 15,35	RS 33,50	RS 35,00	R\$ 27,95	RS 279.500,00
10	MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO PONTA FINA COM 25-40 - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	700	R\$ 74,74	RS 115,00	RS 250,00	R\$ 146,58	RS 102.606,00
11	POSTE DE MADEIRA TRATADA DE EUCALIPTO COM ESPESSURA DE 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	350	R\$ 65,72	RS 85,00	RS 78,00	R\$ 76,24	RS 26.684,00
12	RIPA DE MADEIRA 2,50X0,05M	METRO	10.000	R\$ 3,31	RS 2,70	RS 1,80	R\$ 2,60	RS 26.000,00
13	RIPA DE MADEIRA 2,50X0,04M	METRO	1.000	R\$ 2,24	RS 2,50	RS 1,75	R\$ 2,16	RS 2.160,00
14	RIPAO DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 2,5 X 5CM	METRO	2.000	R\$ 1,48	RS 2,70	RS 1,80	R\$ 1,99	RS 3.980,00
15	RIPÃO DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	1.000	R\$ 5,20	RS 5,50	RS 3,80	R\$ 4,83	RS 4.830,00
16	RIPÃO DE MADEIRA 5X5CM	METRO	3.000	R\$ 11,23	RS 5,50	RS 3,80	R\$ 6,84	RS 20.520,00
17	RIPÃO DE PINNUS NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	400	R\$ 5,62	RS 7,00	RS 3,80	R\$ 5,47	RS 2.188,00
18	TÁBUA DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	150	R\$ 85,07	RS 79,00		R\$ 82,04	RS 12.306,00
19	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 20CM X 3M	UNIDADE	2.000	R\$ 18,46	RS 29,50	RS 22,50	R\$ 23,49	RS 46.980,00
20	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 3M	UNIDADE	1.000	R\$ 33,06	RS 21,50	RS 22,50	R\$ 25,69	RS 25.690,00
21	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 25CM X 3M	UNIDADE	1.000	R\$ 31,78	RS 40,50	RS 37,50	R\$ 36,59	RS 36.590,00
22	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	400	R\$ 37,18	RS 50,50	RS 45,00	R\$ 44,23	RS 17.692,00
23	TÁBUA DE MADEIRA TRATADA NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 2M	UNIDADE	200	R\$ 29,39	RS 22,00	RS 25,00	R\$ 25,46	RS 5.092,00
24	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 10 X 20 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	4.000		RS 44,00	RS 40,00	R\$ 42,00	RS 168.000,00
25	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 4 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	5.000		RS 66,00	RS 24,00	R\$ 45,00	RS 225.000,00
							<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.654.320,50</b>

A PRESENTE MEMORIA DE CALCULO UTILIZOU-SE DE ORÇAMENTOS OBTIDOS DIRETAMENTE COM FORNECEDORES E ORIUNDOS DE LICITAÇÃO ANTERIOR DO MUNICÍPIO, A OPÇÃO POR BUSCAR ORÇAMENTOS COM FORNECEDORES LOCAIS SE DEU EM RAZÃO DA EXTREMA DIFICULDADE DE LOCALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE CONTRATAÇÕES PARECIDAS POR OUTROS ORGÃOS, UMA VEZ QUE CONSULTADO O PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, PNCP E FAROL E NÃO FOI POSSÍVEL LOCALIZAR ORÇAMENTOS PARECIDOS. EM RAZÃO DESTA MESMA DIFICULDADE POUCOS ITENS NÃO OBTIVERAM TRÊS ORÇAMENTOS MAS CONFORME PESQUISA DE MERCADO ESTÃO DENTRO DO APLICADO NA LOCALIDADE DO MUNICÍPIO SENDO ASSIM APÓS A JUNTADA DOS ORÇAMENTOS UTILIZOU-SE A MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES PARA OBTER OS PREÇOS REFERENCIAIS, O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO FICOU EM R\$ 1.117.086,25 (UM MILHÃO CENTO E DEZESSETE MIL OITENTA E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

São Carlos, 26 de março de 2026

Lucas Wilke  
Agente Administrativo  
Responsável pela Pesquisa de Preços

Os termos de homologação dos referidos processos encontram-se em anexo para consulta.

**07 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART. 18, § 1º, INCISO VII)**





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

A solução proposta consiste na aquisição de madeiras por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando ao fornecimento parcelado conforme a demanda da Administração Municipal de São Carlos/SC, abrangendo todos os seus órgãos e entidades, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Cultural.

O fornecimento será realizado de forma contínua e sob demanda, mediante emissão de ordens de fornecimento pelas Secretarias requisitantes, conforme a necessidade de utilização dos materiais em serviços de manutenção predial, reparos, construções provisórias, execução e recuperação de pontes e demais atividades correlatas. Os quantitativos serão estimados previamente, porém as aquisições ocorrerão de forma parcelada, conforme a efetiva demanda, evitando a formação de estoques excessivos e a consequente deterioração dos materiais.

Os materiais a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas definidas no Termo de Referência, observando padrões mínimos de qualidade, resistência, durabilidade e adequação ao uso, especialmente quando destinados a estruturas sujeitas a cargas e intempéries. A contratada deverá garantir que os produtos fornecidos estejam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, bem como livres de defeitos, empenamentos, rachaduras ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização.

A entrega dos materiais deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração, podendo abranger diferentes unidades administrativas, inclusive em áreas rurais do município, devendo a contratada dispor de capacidade logística adequada para o cumprimento dos prazos estabelecidos. Os prazos de entrega deverão ser compatíveis com a urgência e a natureza das demandas, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços públicos.

Não se aplica, ao presente objeto, a exigência de manutenção preventiva ou corretiva, tampouco assistência técnica continuada, por se tratar de fornecimento de bens comuns. Contudo, a contratada deverá responsabilizar-se pela substituição de materiais que apresentem defeitos ou estejam em desacordo com as especificações exigidas, no prazo a ser definido no Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Dessa forma, a solução proposta assegura o atendimento contínuo das demandas administrativas, com eficiência logística, controle de qualidade, economicidade e adequada gestão dos recursos públicos, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

### **08 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, INCISO VIII)**

A presente contratação será realizada com julgamento por item, considerando que os materiais possuem características distintas quanto às dimensões, tipos e aplicações, o que permite a participação de um maior número de fornecedores, ampliando a competitividade e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. O parcelamento mostra-se técnica e economicamente adequado, pois contribui para a redução de preços, possibilita a contratação conforme a demanda e não compromete a padronização ou a qualidade dos materiais, uma vez que as especificações serão previamente definidas no Termo de Referência, atendendo, assim, aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

**09 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART. 18, § 1º, INCISO IX)**

A contratação pretendida visa alcançar maior economicidade para a Administração Municipal, por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços e julgamento por item, o que amplia a competitividade entre fornecedores e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas, com redução dos preços unitários dos materiais.

Sob o aspecto financeiro, a solução permite a aquisição dos materiais de forma parcelada, conforme a demanda efetiva da Administração, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo perdas decorrentes de deterioração e impedindo a imobilização desnecessária de recursos públicos. Esse modelo assegura maior eficiência na gestão orçamentária, alinhando a despesa à real necessidade de consumo ao longo do exercício.

No que se refere aos recursos humanos, a adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para a redução do retrabalho administrativo, ao evitar a instauração de múltiplos processos licitatórios para o mesmo objeto, permitindo maior racionalização das atividades dos setores envolvidos e otimização da gestão contratual.

Quanto ao aproveitamento dos recursos materiais, a contratação possibilita a padronização das especificações dos insumos, garantindo maior controle de qualidade e melhor desempenho na execução dos serviços de manutenção e infraestrutura, além de assegurar a disponibilidade contínua dos materiais necessários às atividades da Administração.

Como resultado, espera-se maior eficiência operacional, economicidade na aplicação dos recursos públicos, melhoria na qualidade dos serviços prestados e maior capacidade de atendimento das demandas da Administração Municipal, especialmente em atividades que dependem do fornecimento ágil e contínuo de madeiras.

**10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART. 18, § 1º, INCISO X)**

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as medidas necessárias para assegurar a adequada gestão e fiscalização da futura contratação, incluindo a finalização dos documentos que compõem a fase preparatória, especialmente o Termo de Referência, com a definição clara das especificações técnicas dos materiais, quantitativos estimados, condições de entrega, critérios de aceitabilidade e demais requisitos contratuais.

Deverá ser realizada a devida verificação da disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa, bem como a formalização da autorização da autoridade competente para a abertura do procedimento licitatório, em conformidade com o planejamento institucional e as normas vigentes.

A Administração deverá, ainda, promover a designação formal de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos da legislação aplicável, assegurando a segregação de funções e a adequada condução da execução contratual, especialmente quanto ao acompanhamento das entregas, verificação da conformidade dos materiais e registro de ocorrências.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Caso necessário, os servidores designados deverão receber orientações ou capacitação quanto aos procedimentos de fiscalização contratual, recebimento de materiais e aplicação de sanções, de modo a garantir a correta execução do objeto e a mitigação de riscos administrativos.

Adicionalmente, deverão ser definidos os fluxos internos para solicitação, recebimento e controle dos materiais pelas Secretarias requisitantes, assegurando rastreabilidade, controle de consumo e adequada gestão dos insumos adquiridos.

Dessa forma, as providências adotadas previamente visam garantir a regularidade do procedimento, a eficiência na execução contratual e o adequado atendimento das demandas da Administração Municipal.

### **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, INCISO XI)**

Verificou-se a existência do Pregão nº 34/2025, ainda vigente, que contempla itens relacionados ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar; contudo, os quantitativos de madeira encontram-se esgotados, inviabilizando seu uso para atendimento das demandas atuais.

Assim, a presente contratação não configura sobreposição ou fracionamento indevido, mas sim a necessidade de reposição dos itens consumidos, visando garantir a continuidade dos serviços públicos e o adequado funcionamento da Administração Municipal.

### **12 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART. 18, § 1º, INCISO XII)**

O poder público municipal não dispõe dessas informações, sendo que este tópico do ETP também não é obrigatório o seu preenchimento (Art.18, § 2º).

### **13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART. 18, § 1º, INCISO XIII)**

Diante de todas as descrições mencionadas neste ETP, conclui-se pela viabilidade da contratação com abertura do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, pelo procedimento auxiliar de Registro de Preços, modo de disputa aberto, para a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC.

São Carlos/SC, 31 março 2026.

---

**LUCAS WILKE**  
Agente Administrativo





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2026- ADM  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 - ADM

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 002/2026 - DMER**

**01 - DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a”)**

1.1 Definição do objeto: Conforme Estudo Técnico Preliminar 002/2026, conclui-se pelo REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC.

1.2 Conforme ETP os quantitativos são:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	BARROTE DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 5CM X 15CM X 3M	UNIDADE	100,00000
2	ESPELHO DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 12CM X 3M	UNIDADE	50,00000
3	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000
4	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000,00000
5	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	2.000,00000
6	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	1.500,00000
7	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000
8	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000,00000
9	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000
10	MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO PONTA FINA COM 25-40 - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	700,00000
11	POSTE DE MADEIRA TRATADA DE EUCALIPTO COM ESPESSURA DE 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	350,00000
12	RIPA DE MADEIRA 2,50X0,05M	METRO	10.000,00000
13	RIPA DE MADEIRA 2,5X0,04M	METRO	1.000,00000
14	RIPA DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 2,5 X 5CM	METRO	2.000,00000
15	RIPA DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	1.000,00000
16	RIPÃO DE MADEIRA 5X5CM	METRO	3.000,00000
17	RIPÃO DE PINNUS NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	400,00000
18	TÁBUA DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	150,00000
19	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 20CM X 3M	UNIDADE	2.000,00000
20	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 3M	UNIDADE	1.000,00000





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

21	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 25CM X 3M	UNIDADE	1.000,00000
22	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	400,00000
23	TÁBUA DE MADEIRA TRATADA NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 2M	UNIDADE	200,00000
24	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 10 X 20 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	4.000,00000
25	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 4 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	5.000,00000

1.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite máximo de 2 (dois) anos, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. Em caso de prorrogação, o quantitativo registrado será restabelecido ao saldo inicialmente previsto para o novo período de vigência.

**2 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA (art. 40, § 1º, I)**

2.1 Na ausência de catálogo eletrônico de padronização do Município de São Carlos/SC, bem como o fato de o Poder Executivo Federal não dispor de catálogo 100% concluído, deixa-se de especificar o objeto deste TR com base em Catálogo Eletrônico de Padronização.

**3 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS (art. 6º, XXIII, “b”)**

3.1 A presente contratação tem como fundamento o Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 002/2026, elaborado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no qual foi analisada a necessidade administrativa e definida a solução mais adequada para o atendimento da demanda de aquisição de madeiras destinadas à manutenção predial, execução de serviços e infraestrutura do Município de São Carlos/SC, abrangendo todos os órgãos da Administração Municipal, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Cultural.

**4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “c”)**

4.1 A solução adotada, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 002/2026, consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de madeiras, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando ao atendimento das demandas da Administração Municipal de São Carlos/SC, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Cultural.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade das Secretarias requisitantes, abrangendo atividades de manutenção predial, execução de reparos, construção e recuperação de estruturas, especialmente em áreas urbanas e rurais. Os materiais deverão atender às





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, garantindo padrões adequados de qualidade, resistência e durabilidade.

O ciclo de vida do objeto compreende a aquisição, o transporte, o armazenamento, a entrega nos locais indicados pela Administração, a conferência e o recebimento dos materiais, bem como a eventual substituição de itens em desconformidade, sendo de responsabilidade da contratada assegurar a conformidade dos produtos fornecidos durante toda a execução contratual.

### **5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”)**

#### **5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

5.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

5.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

5.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.1.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

5.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; as empresas que declarem Microempresa – ME ou Empresas de Pequeno Porte junto ao site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), deverão anexar junto a habilitação ainda a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no ano de 2025. Não serão

aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

#### **5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

Deverão ser encaminhados, via sistema, os seguintes documentos:

##### **5.2.1. – HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66)**

5.2.1.1 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

5.2.1.2 – Os documentos descritos no subitem “5.2.1” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

5.2.1.3 – As empresas que declarem Microempresa – ME ou Empresas de Pequeno Porte junto ao site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), deverão anexar ainda a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no ano de 2025. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

### **5.2.2 – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (ART. 68)**

5.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.2.2.2 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

5.2.2.3 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.2.2.4 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante;

5.2.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.2.2.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011, consulta através do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

5.2.2.7 – Declaração que atende ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (observação: essa declaração poder ser substituída pela declaração firmada junto ao sistema do Portal de Compras Públicas).

### **5.2.3 – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69)**

5.2.3.1 Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por Cartório Distribuidor da sede da licitante ou expedida via internet, com a Certidão de Registros cadastrados no Sistema EPROC (para estados que seja exigida);

5.2.3.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

## **6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO (art. 6º, XXIII, “e”)**

6.1 O objeto será executado de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada para o fornecimento de madeiras, por meio de Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado, conforme a demanda da Administração Municipal de São Carlos/SC, incluindo suas Secretarias, o Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Cultural.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

6.2 A execução contratual terá início a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou contrato decorrente, sendo que as aquisições ocorrerão mediante emissão de ordens de fornecimento pelas Secretarias requisitantes, de acordo com a necessidade de utilização dos materiais.

6.3 A contratada deverá realizar a entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração, podendo abranger diferentes unidades administrativas, inclusive em áreas urbanas e rurais, observando os prazos estabelecidos no Termo de Referência e garantindo a integridade e qualidade dos produtos durante o transporte.

6.4 Os materiais fornecidos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas exigidas, sendo submetidos à conferência no ato da entrega, podendo a Administração rejeitar, no todo ou em parte, aqueles que estiverem em desacordo com o solicitado, cabendo à contratada a substituição imediata, sem ônus adicional.

6.5 O recebimento dos materiais ocorrerá de forma provisória no momento da entrega, para verificação quantitativa e qualitativa inicial, e de forma definitiva após a conferência e ateste pelo fiscal do contrato, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6 Durante a execução contratual, a contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, bem como atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos, assegurando a continuidade do fornecimento.

6.7 A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores designados pela Administração, que acompanharão a execução, registrarão ocorrências e adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

6.8 O contrato terá vigência conforme estabelecido no instrumento convocatório, podendo as aquisições ocorrer durante todo o período de validade da Ata de Registro de Preços, sendo encerrado após o cumprimento integral das obrigações pelas partes.

### **7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE (art. 6º, XXIII, “f”)**

7.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidor(es) formalmente designado(s), na condição de gestor e fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, aos quais caberá acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e assegurar a conformidade do fornecimento com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2 Compete ao fiscal do contrato acompanhar as entregas realizadas, proceder à conferência quantitativa e qualitativa dos materiais fornecidos, atestar as notas fiscais para fins de pagamento, bem como registrar em instrumento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, comunicando ao gestor eventuais irregularidades.

7.3 O gestor do contrato será responsável pela coordenação da execução contratual, adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato, aplicação de sanções, quando cabíveis, e encaminhamento de questões administrativas decorrentes da execução.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

7.4 Na entrega dos materiais, será observada a qualidade, especificações técnicas e conformidade com o solicitado, sendo que qualquer irregularidade, defeito ou divergência deverá ser imediatamente comunicada à contratada para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

7.5 A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações, cabendo à contratada a substituição no prazo estabelecido, sem ônus adicional, assegurando a continuidade do fornecimento.

### **8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”)**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente, em razão da natureza comum do objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência.

8.2 O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, visando garantir maior competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.3 A disputa ocorrerá na forma eletrônica, em sessão pública, por meio de lances sucessivos e decrescentes, observadas as regras estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

8.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,05 (cinco centavos), com o objetivo de assegurar a competitividade do certame e evitar lances inexequíveis ou meramente protelatórios.

8.5 Para fins de habilitação, serão exigidos os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme previsto na legislação vigente e detalhado no edital.

8.6 Será assegurado tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação aplicável, especialmente quanto ao direito de preferência e regularização fiscal tardia, quando cabível.

### **9 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “g”)**

9.1 A medição para fins de pagamento será realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos, conforme ordens de fornecimento emitidas pela Administração e devidamente atestados pelo fiscal do contrato, após a verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2 O pagamento será efetuado pela Administração em até 20 (vinte) dias após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a entrega regular e a conformidade dos itens fornecidos.

9.3 O pagamento será realizado por meio de depósito bancário em conta de titularidade da contratada, previamente informada, observadas as condições estabelecidas no edital e no contrato.





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

9.4 As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: [compras@saocarlos.sc.gov.br](mailto:compras@saocarlos.sc.gov.br), nos formatos XML e PDF, acompanhadas, quando solicitado, dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista.

9.5 Em caso de irregularidade na documentação fiscal ou na execução do objeto, o prazo de pagamento será suspenso até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO (ART. 6º, XXIII, “I”)**

10.1 O presente objeto tem valor total estimado da contratação de R\$ 1.654.320,50 (um milhão e seiscentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e vinte reais e cinquenta centavos).

10.2 O preço estimado para essa contratação baseia-se em orçamentos obtidos diretamente com fornecedores e oriundos de licitação anterior do município, a opção por buscar orçamentos com fornecedores locais se deu em razão da extrema dificuldade de localização de orçamentos de contratações parecidas por outros órgãos, uma vez que consultado o portal de compras públicas, PNCP e farol e não foi possível localizar orçamentos parecidos. Em razão desta mesma dificuldade poucos itens não obtiveram três orçamentos, mas conforme pesquisa de mercado estão dentro do aplicado na localidade do município, conforme documentos em anexo, preços unitários referenciais abaixo juntamente com a memória de cálculo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valores Unitário	Valores Total
1	BARROTE DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 5CM X 15CM X 3M	UNIDADE	100,00000	43,5400	4.354,00
2	ESPELHO DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 12CM X 3M	UNIDADE	50,00000	47,1700	2.358,50
3	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000	11,8500	118.500,00
4	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000,00000	16,0300	112.210,00
5	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	2.000,00000	20,2500	40.500,00
6	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	1.500,00000	24,3000	36.450,00
7	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000	17,3900	173.900,00
8	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000,00000	22,8900	160.230,00
9	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000,00000	27,9500	279.500,00
10	MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO PONTA FINA COM 25-40 - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	700,00000	146,5800	102.606,00
11	POSTE DE MADEIRA TRATADA DE EUCALIPTO COM ESPESSURA DE 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	350,00000	76,2400	26.684,00
12	RIPA DE MADEIRA 2,50X0,05M	METRO	10.000,00000	2,6000	26.000,00
13	RIPA DE MADEIRA 2,5X0,04M	METRO	1.000,00000	2,1600	2.160,00
14	RIPA DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 2,5 X 5CM	METRO	2.000,00000	1,9900	3.980,00
15	RIPÃO DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	1.000,00000	4,8300	4.830,00
16	RIPÃO DE MADEIRA 5X5CM	METRO	3.000,00000	6,8400	20.520,00
17	RIPÃO DE PINNUS NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	400,00000	5,4700	2.188,00
18	TÁBUA DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS	UNIDADE	150,00000	82,0400	12.306,00





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

	MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M				
19	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 20CM X 3M	UNIDADE	2.000,00000	23,4900	46.980,00
20	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 3M	UNIDADE	1.000,00000	25,6900	25.690,00
21	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 25CM X 3M	UNIDADE	1.000,00000	36,5900	36.590,00
22	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	400,00000	44,2300	17.692,00
23	TÁBUA DE MADEIRA TRATADA NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 2M	UNIDADE	200,00000	25,4600	5.092,00
24	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 10 X 20 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	4.000,00000	42,0000	168.000,00
25	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 4 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	5.000,00000	45,0000	225.000,00
					<b>Soma:</b>
					1.654.320,50
					<b>Soma:</b>
					1.654.320,50

MEMÓRIA DE CÁLCULO

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC.

	Descrição	Unidade	Quantidade	São Carlos/SC último edital	Orçamento Construforte	Orçamento Fermatec	Média	Total
1	BARROTE DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 5CM X 15CM X 3M	UNIDADE	100	R\$ 37,61	RS 51,00	RS 42,00	R\$ 43,54	RS 4.354,00
2	ESPELHO DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 12CM X 3M	UNIDADE	50	R\$ 46,33	RS 48,00		R\$ 47,17	RS 2.358,50
3	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000	R\$ 7,05	RS 13,50	RS 15,00	R\$ 11,85	RS 118.500,00
4	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000	R\$ 9,10	RS 19,00	RS 20,00	R\$ 16,03	RS 112.210,00
5	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	2.000	R\$ 11,26	RS 24,50	RS 25,00	R\$ 20,25	RS 40.500,00
6	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 5 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	1.500	R\$ 13,39	RS 29,50	RS 30,00	R\$ 24,30	RS 36.450,00
7	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 15CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000	R\$ 10,68	RS 20,50	RS 21,00	R\$ 17,39	RS 173.900,00
8	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 20CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	7.000	R\$ 14,07	RS 26,60	RS 28,00	R\$ 22,89	RS 160.230,00
9	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 7 X 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	10.000	R\$ 15,35	RS 33,50	RS 35,00	R\$ 27,95	RS 279.500,00
10	MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO PONTA FINA COM 25-40 - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	700	R\$ 74,74	RS 115,00	RS 250,00	R\$ 146,58	RS 102.606,00
11	POSTE DE MADEIRA TRATADA DE EUCALIPTO COM ESPESSURA DE 25CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	350	R\$ 65,72	RS 85,00	RS 78,00	R\$ 76,24	RS 26.684,00
12	RIPA DE MADEIRA 2,5X0,05M	METRO	10.000	R\$ 3,31	RS 2,70	RS 1,80	R\$ 2,60	RS 26.000,00
13	RIPA DE MADEIRA 2,5X0,04M	METRO	1.000	R\$ 2,24	RS 2,50	RS 1,75	R\$ 2,16	RS 2.160,00
14	RIPA DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 2,5 X 5CM	METRO	2.000	R\$ 1,48	RS 2,70	RS 1,80	R\$ 1,99	RS 3.980,00
15	RIPÃO DE EUCALIPTO NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	1.000	R\$ 5,20	RS 5,50	RS 3,80	R\$ 4,83	RS 4.830,00
16	RIPÃO DE MADEIRA 5X5CM	METRO	3.000	R\$ 11,23	RS 5,50	RS 3,80	R\$ 6,84	RS 20.520,00
17	RIPÃO DE PINNUS NAS MEDIDAS 5 X 5CM	METRO	400	R\$ 5,62	RS 7,00	RS 3,80	R\$ 5,47	RS 2.188,00
18	TÁBUA DE MADEIRA PINHEIRO ARAUCÁRIA NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	150	R\$ 85,07	RS 79,00		R\$ 82,04	RS 12.306,00
19	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 20CM X 3M	UNIDADE	2.000	R\$ 18,46	RS 29,50	RS 22,50	R\$ 23,49	RS 46.980,00
20	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 3M	UNIDADE	1.000	R\$ 33,06	RS 21,50	RS 22,50	R\$ 25,69	RS 25.690,00
21	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 25CM X 3M	UNIDADE	1.000	R\$ 31,78	RS 40,50	RS 37,50	R\$ 36,59	RS 36.590,00
22	TÁBUA DE MADEIRA PINUS NAS MEDIDAS 2,5 X 30CM X 3M	UNIDADE	400	R\$ 37,18	RS 50,50	RS 45,00	R\$ 44,23	RS 17.692,00
23	TÁBUA DE MADEIRA TRATADA NAS MEDIDAS 2,5 X 15CM X 2M	UNIDADE	200	R\$ 29,39	RS 22,00	RS 25,00	R\$ 25,46	RS 5.092,00
24	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 10 X 20 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	4.000		RS 44,00	RS 40,00	R\$ 42,00	RS 168.000,00
25	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA NAS MEDIDAS 4 X 30 CM - COMPRIMENTO A DEFINIR	METRO	5.000		RS 66,00	RS 24,00	R\$ 45,00	RS 225.000,00
<b>TOTAL</b>								<b>R\$ 1.654.320,50</b>

A PRESENTE MEMORIA DE CALCULO UTILIZOU-SE DE ORÇAMENTOS OBTIDOS DIRETAMENTE COM FORNECEDORES E ORIUNDOS DE LICITAÇÃO ANTERIOR DO MUNICÍPIO, A OPÇÃO POR BUSCAR ORÇAMENTOS COM FORNECEDORES LOCAIS SE DEU EM RAZÃO DA EXTREMA DIFICULDADE DE LOCALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE CONTRATAÇÕES PARECIDAS POR OUTROS ÓRGÃOS, UMA VEZ QUE CONSULTADO O PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, PNCP E FAROL E NÃO FOI POSSÍVEL LOCALIZAR ORÇAMENTOS PARECIDOS. EM RAZÃO DESTA MESMA DIFICULDADE POUCOS ITENS NÃO OBTIVERAM TRÊS ORÇAMENTOS MAS CONFORME PESQUISA DE MERCADO ESTÃO DENTRO DO APLICADO NA LOCALIDADE DO MUNICÍPIO SENDO ASSIM APÓS A JUNTADA DOS ORÇAMENTOS UTILIZOU-SE A MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES PARA OBTEN OS PREÇOS REFERENCIAIS, O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO FICOU EM R\$ 1.117.086,25 (UM MILHÃO CENTO E DEZESSETE MIL OITENTA E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

São Carlos, 26 de março de 2026

Lucas Wilke

Agente Administrativo

Responsável pela Pesquisa de Preços





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

**11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “j”)**

11.1 A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, razão pela qual não há obrigatoriedade de indicação prévia da dotação orçamentária neste momento, considerando que a formalização do empenho ocorrerá somente no momento da efetiva contratação.

11.2 As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias de cada Secretaria ou órgão demandante, as quais serão devidamente indicadas no momento da emissão da nota de empenho.

**12 - INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (ART. 40, § 1º, II)**

12.1 A entrega dos materiais deverá ocorrer em qualquer lugar do território do Município de São Carlos/SC, a ser indicado pela Secretaria requisitante, por meio de comunicação formal, podendo ser realizada via e-mail ou outro meio eletrônico oficial.

12.2 A entrega dos materiais deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento, podendo esse prazo ser reduzido conforme a urgência da demanda, mediante solicitação da Administração.

12.3 No ato da entrega, o servidor responsável realizará o recebimento provisório, consistente na conferência quantitativa e verificação inicial das condições dos materiais, podendo rejeitar, no todo ou em parte, aqueles que estiverem em desacordo com as especificações exigidas.

12.4 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade dos materiais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante ateste do fiscal do contrato.

**13 - ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART. 40, § 1º, III, C/C § 4º)**

13.1 Não se aplica

São Carlos/SC, 08 de abril de 2026.

---

**Jéssica Aparecida da Silva**  
Agente Administrativo





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2026- ADM  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 - ADM

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

Validade: 1 ano

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e seis, o(a) **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Demétrio Lorenz - , Centro, São Carlos - SC, inscrito no CNPJ Nº. 82.945.718/0001-15, abaixo assinado, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº. 022/2026, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC.

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

1. **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

**CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 ano, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, renovando os quantitativos iniciais.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico Nº. 022/2026**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 022/2026** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO**

4. O Município de São Carlos efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 20(vinte) dias após a entrega do objeto, mediante o recebimento definitivo pelo responsável pela Fiscalização.

**CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

5. Conforme disposto no item 12 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES**

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação;





# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XXX/2026

- 6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.
- 6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.
- 6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:
- 6.4.1 Advertência;
- 6.4.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.
- 6.4.3 Multa de 20% (vinte por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.
- 6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;
- 6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.
- 6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.
- 6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

### CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.
- 7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
- 7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

### CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:
- 8.1 Pela Administração Municipal, quando:
- 8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- 8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- 8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.
- 8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.
- 8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

### CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE SÃO CARLOS, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.
- 9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

### CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete a Contratante cumprir com o disposto no edital e anexos.

### CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Compete a Contratada cumprir com o disposto no edital e anexos.

### CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 022/2026, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

- 12.1 Fica eleito o foro de São Carlos - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- 12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XXX/2026**

São Carlos - SC, xx de XXXXXX de 2026.

---

MUNICIPIO DE SAO CARLOS  
Contratante  
(Delton Paulo Balbinot - Prefeito)

---

Contratada

